



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 5º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2020.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

5º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/01/2020 a 31/03/2020, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados-RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros-RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para todos os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Diante do cenário de pandemia provocado pelo COVID-19, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no qual reconhece o estado de calamidade pública. Com efeito, o Decreto nº 47.890, de 19 de março de 2020, suspendeu os prazos dos procedimentos do Contrato de Gestão, nesses termos:

Art. 4º – Ficam suspensos os prazos de monitoramento, avaliação e prestação de contas relativos a convênios de saída, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de outorga, convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres em curso enquanto durar a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

Ademais, outras medidas foram implementadas em atendimento às orientações das autoridades de saúde, sem que ocorresse a paralisação total do serviço público prestado. A primeira a ser destacada foi a implantação do teletrabalho/*home office* para todas as equipes a partir de 23/03/20. Antes do início do teletrabalho, a SUPEC orientou que fossem anexados cartazes na entrada de todas as Unidades de Prevenção à Criminalidade comunicando a população com os devidos contatos das equipes, de modo que o público pudesse acessar os profissionais durante o teletrabalho. Posteriormente, o Instituto ELO concedeu férias coletivas, também escalonadas por cargos para não haver interrupção do atendimento ao público. O primeiro grupo foram os analistas sociais, ficando os gestores e supervisores como referências das Unidades, e logo após entraram de férias os gestores e supervisores. Ressalta-se também, que a antecipação de férias gerou economia para o Contrato de Gestão, uma vez que os recursos destinados ao pagamento das férias estão acobertados pelo passivo trabalhista, provisionado ao longo do ano, possibilitando a redução de despesas do contrato durante a

pandemia. Registra-se também, a rescisão de todos os contratos de estágio para fins de redução de custos, haja vista o contingenciamento financeiro sofrido pela SUPEC/SEJUSP em torno de 65% do orçamento anual para 2020.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			5º Período Avaliatório Jan/20 a Mar/20	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	8.550	7.327
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	4	1.920	1.702,33
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	2.400	2.575
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3.481	3.402,67
	2.2 Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	9.250	9.134
	2.3 Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	35.499	31.451
	2.4 Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	137	56
3 Programa Se Liga	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	4	0	-
	3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	0	-
	3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	0	-
4 Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	17.400	16.580
	4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	4	72%	72,13%
	4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	745	1.208
5 Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	5.400	4.664

		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	4	78%	73,60%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	345	419
6	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	6.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4	100%	100%
		6.2	Percentual de Participação das equipes nas capacitações	4	100%	-
		6.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	4	15	10,42
7	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	7.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	33	31
		7.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3
		7.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	0	-
		7.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	1	1
8	Gestão da Parceria	8.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		8.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

No início do ano de 2020 foram apresentadas às equipes do Programa Mediação de Conflitos diretrizes que enfatizaram o envolvimento comunitário na construção de ações de prevenção às violências como prioridade no desenvolvimento do trabalho. Além disso, foi apresentado os dados enfatizando o empenho da SUPEC em destinar recursos financeiros previsto no Contrato de Gestão para projetos que possibilitassem a inovação e ampliação das ações nos territórios.

Apesar do contingenciamento financeiro com o início da pandemia, as equipes obtiveram apoio metodológico da Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher (DPM) da SUPEC para se reinventar, compreendendo os impactos das medidas de isolamento para os atendidos e seus territórios, assim como a necessidade de construir novas práticas.

O ano de 2020 iniciou como um ano comemorativo, já que o Programa Mediação de Conflitos completara 15 anos de atuação. Para tanto, as ações previstas objetivavam potencializar a participação social e a segurança pública cidadã, enfatizando os basilares de atuação como, por exemplo, a execução do Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária, dos projetos de prevenção às violências, bem como a inclusão de agentes comunitários de cidadania. É importante enfatizar que os indicadores haviam sido definidos considerando a perspectiva de aumento do alcance do Programa, em comparação com o ano de 2019, frente à estas ampliações inicialmente planejadas.

Apesar do não atingimentos das metas previstas nos indicadores 1.1 (número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos) e 1.2 (média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos) neste período, cabe enfatizar o esforço das equipes em consolidar ações de qualidade, realizando construções de ações junto aos moradores, que exigem planejamento, criatividade e tempo.

Em fevereiro observa-se a redução nos dados aferidos. Salienta-se que este é um mês atípico, uma vez que apresenta feriado prolongado e, conseqüentemente, menos dias úteis para mensuração. Em março, dois dos três pilares citados obtiveram impactos (planejamento e tempo). Assim como outras políticas públicas e setores privados precisaram se adequar ao contexto da pandemia, ao exercer o teletrabalho diante do isolamento social, o Programa Mediação de Conflitos também necessitou de um período de adaptação,

ocorrendo a concentração de esforços das equipes em informar aos atendidos e à rede social mista o novo contexto de realização do trabalho, construindo a partir desses contatos, possibilidades de intervenções e encaminhamentos.

Diante de todos os referidos fatores, os resultados sofreram impactos de - 14,30% no indicador 1.1, de -11,35% no indicador 1.2 e aumento de +7,29% no indicador 1.3.

Analisando a atuação das equipes do Programa Mediação de Conflitos nos meses de janeiro, fevereiro e março, percebe-se que diversos fatores atravessaram a atuação das equipes nos territórios, seja as fortes chuvas do começo do ano, os poucos dias úteis no mês de fevereiro, e/ou a pandemia nas duas últimas semanas de março, contribuindo para quedas nos indicadores, apesar de se perceber qualitativamente o envolvimento das equipes na busca por desenvolver em cada mês, melhores resultados.

Nos primeiros meses do ano as equipes se empenharam na construção do planejamento anual que apresentava, sobretudo, concentração de ações coletivas, buscando a manutenção dos vínculos comunitários para o desenvolvimento de uma política pública de qualidade. Destaca-se a temática da violência contra a mulher, principalmente no mês de março, mês no qual se comemora o dia Internacional da Mulher, em que as equipes auxiliaram na confecção de materiais, dicas de vídeos, artigos entre outros.

É importante salientar que as construções conjuntas entre todos os atores estratégicos do Programa Mediação de Conflitos resultam em intervenções assertivas na ponta. O suporte dado pela supervisão metodológica e as diretrizes desenvolvidas pela diretoria do programa auxilia os analistas de forma positiva a como lidar com situações inesperadas, como o caso da pandemia.

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 8.550

Resultado: 7.327

O Programa Mediação de Conflitos realiza intervenções com a comunidade de maneira individual e/ou coletiva. Entretanto, há 3 anos as práticas coletivas têm se tornado mais frequentes nas intervenções das equipes, o que muitas vezes a sua maior incidência ou sua redução são fatores que causam alterações significativas nos indicadores. É importante salientar também que a dinâmica criminal e social dos territórios interfere expressivamente nos números, podendo tanto intensificar um tipo de demanda com maior ou menor grau de necessidade de leitura e articulações, como também limitar o acesso daquela comunidade aos equipamentos públicos. Ainda, cabe observar que um mesmo fato pode se desdobrar de formas distintas de acordo com cada território. Analisando o indicador 1.1, pode-se exemplificar tais situações.

Tais colocações respaldam a necessidade de uma análise focada na singularidade de cada território, levando-se em consideração o tempo em que os dados são produzidos. Exemplificando: em janeiro, as equipes sofreram impactos negativos devido a fortes chuvas que ocorreram. Em alguns territórios, a consequência foi o cancelamento de atendimentos individuais e/ou coletivos por parte da comunidade, em outros, o maior acesso às equipes por parte da comunidade, diante da necessidade de organização comunitária visando a garantia de direitos básicos em um cenário de impacto, da chuva, em suas ruas, bairros e moradias.

No contexto complexo, apresenta-se algumas análises:

Nova Contagem: É perceptível o impacto do início do isolamento no percentual de atendimento das equipes, que nos meses de janeiro realizaram 115, fevereiro 135 e março 59. No mês de janeiro foram abertas 46 fichas de atendimento individual, sendo 12 referentes a situações de violência, o que demanda mais tempo e intervenções da equipe. Quantos aos projetos de prevenção, devido ao período de chuvas fortes que acometeu o município de Contagem, foram adiados para o mês seguinte. No mês de fevereiro a equipe apresentou mais esforços nas intervenções coletivas, realizando mobilizações e construções relativas ao projeto. No mês de março, uma analista encontrava-se de férias na primeira quinzena do mês e se organizavam para dar continuidade às intervenções coletivas na segunda quinzena do mês. Entretanto, com a pandemia, foi necessário suspender os atendimentos coletivos e construir novas formas de atuação para os atendimentos. Vale ressaltar que, mesmo diante de uma diminuição em atendimento no mês de março, a Unidade apresenta sempre números elevados de atendimento.

Palmital: Houve redução do resultado no mês de fevereiro decorrente ao menor número de dias úteis no mês, além de uma maior saída da equipe do território para reuniões, como para a realização do projeto, e de alinhamento com a mudança de profissional no cargo da Gestão, que se iniciou em março.

Pedreira Padro Lopes: Ao contrário das unidades anteriores que apresentaram queda brusca em apenas um mês, devido fatores específicos ao período, em janeiro foram realizados 21 atendimentos e em fevereiro e março 28. Neste período houve processo de reorganização da equipe devido aos novos analistas sociais. No mês de março, além do processo citado, foi necessária a adaptação nas intervenções realizadas remotamente. Fato importante é que a equipe planejava uma atuação mais comunitária, o que foi perceptível ao observar os dados, uma vez que no mês de janeiro realizaram maior número de atendimentos individuais, e nos meses de fevereiro e março, maior número de atendimentos coletivos.

Um dado qualitativo importante de ser apresentado é que o mês de março sempre é marcado pelas ações relativas ao enfrentamento à violência contra a mulher, realizadas pelas Unidades nos territórios. De maneiras dinâmicas, foi trabalhada a temática da violência contra mulher, perpassando a Lei Maria da Penha, o machismo, a forma em que as mulheres se relacionam, incluindo a discussão de

gênero, além do autocuidado interno e externo das mulheres. Algumas das intervenções realizadas este ano atingiram não só mulheres, mas também homens, sensibilizando-os sobre a temática.

Dentre as equipes que realizaram intervenções nos territórios, são as Unidades de Justinópolis; Via Colégio; Carapina; Citrolândia; Turmalina; Minas Caixa; Rosa Neves; Palmital; PTB; Uberlândia.

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 1.920

Resultado: 1.702,33

A análise feita apresenta fatores referentes à média de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, destacando-se fevereiro como o mês de impacto.

De janeiro a março as Unidades de Turmalina, Citrolândia e Palmital obtiveram média alta, devido ao investimento em ações comunitárias. As ações de organização comunitária do Palmital, por exemplo, demonstram a potencialidade desta forma de atuação que se desdobrou em atendimentos individuais, alcançando moradores de territórios com baixo atendimento. A equipe também realizou o encerramento do projeto de prevenção às violências “Favela é nós”, que contou com um número significativo de moradores da região do Palmital A.



No mesmo período indicado, algumas Unidades tiveram número abaixo do esperado na média de pessoas atendidas. Destaca-se o Jardim Leblon, que teve número significativo de ausência de pessoas para atendimentos individuais, além de encerramentos de fichas coletivas e organizações comunitárias, apesar do engajamento da equipe no fomento ao vínculo comunitário, sistematizando novas estratégias para reduzir a ausência dos moradores nos atendimentos presenciais.

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta: 2.400

Resultado: 2.575

O indicador 1.3 retrata sobre as ações do Programa Mediação de Conflitos junto a rede de proteção social. Compreende-se a importância deste marcador para uma maior efetivação dos casos que chegam até o programa, seja para encaminhamentos, discussões, alinhamentos institucionais e espaços estratégicos com temas transversais. Atuar de forma intersetorial faz com que os analistas compreendam o sujeito em toda sua totalidade, pensando de forma conjunta com os outros equipamentos que integram a rede de proteção social, as estratégias de intervenção junto aos atendidos, além de incluir as pessoas atendidas na rede de proteção ou fortalecer a relação destas, com as instituições.

Destaca-se no trimestre equipes com números significativos de ações junto à rede, como Vila Pinho, Turmalina e Nova Contagem, que em janeiro realizou 32 encaminhamentos, 21 discussões de casos e esteve presente em uma reunião de rede com temas transversais, sendo um total de 54 articulações junto à rede. As redes acionadas foram: Defensoria Pública, UNA Contagem, Fica Vivo!, CEAPA, Justiça Comum, Delegacia Civil; Polícia Militar, CRAS, Conselho Tutelar, Secretaria; INSS, Regional (prefeitura), Associação religiosa, SINE, Vara de Família, Penitenciária Bicas II, CEAPA, PRESP, Juizado Especial, Fórum Paracatu, UBS Ipê Amarelo entre outros.

É importante salientar que os meses de janeiro e março tiveram um resultado expressivo de intervenções junto à rede, o que pode ser decorrente de diversos fatores. A pandemia e as orientações para o teletrabalho, que se iniciaram na segunda quinzena de março, por exemplo, exigiram que as equipes compreendessem também como estava ocorrendo a atuação da rede de proteção social, para intervir de forma assertiva. Este contato, em alguns locais, ocorreu de forma fluida, em outros, de forma mais limitada, uma vez que cada instituição teve sua forma de organização do trabalho.

Na UPC Pedreira Padro Lopes, os desafios nas articulações de rede são os mesmos apresentados anteriormente, no resultado do indicador 1.1, sendo poucas as construções, intervenções e encaminhamentos decorrentes de casos nas modalidades individuais ou coletivas. As intervenções junto à rede se pautaram em articulações institucionais (via gestão social), gerando assim impactos nos resultados.

Em relação à atuação da SUPEC, especificamente da DPM, cabe mencionar que os meses foram de intensas articulações institucionais para fortalecer a atuação do programa no ano de 2020. Além disso, foram realizadas ações amplas em parceria com outros atores, tais como:

No dia 21/02 foi realizado na Praça Sete de Setembro, uma ação através da Força de Segurança Pública, que contou com o trabalho conjunto do Programa Mediação de Conflitos junto a Polícia Militar e Polícia Civil. A ação foi nomeada como "Aqui não, Uai!" e teve como objetivo garantir um carnaval mais seguro, conscientizando os foliões sobre a importunação sexual. O evento contou com a participação de um analista de cada Unidade de Prevenção de Belo Horizonte, além dos supervisores metodológicos e a diretoria do programa.

No dia 06/03/2020 o Programa Mediação de Conflitos também participou da ação "Sempre Vivas!", construída junto com instituição pública, coletivos, sociedade civil e outros, que também se desdobra em uma ação na Praça Sete de Setembro na capital, para conscientizar sobre a violência doméstica e feminicídio. O Programa palestrou na mesa central do evento, falando do tema, conforme registro fotográfico.



Na data de 13/03/2020 a diretoria do Programa Mediação de Conflitos esteve presente na I Jornada de Psicologia da Una Contagem, onde foi abordado junto aos alunos do curso de Psicologia a temática da violência contra a mulher, através de um caso vivenciado no Programa, discutindo as redes de proteção que atuam nesta temática e a atuação dos analistas frente ao caso apresentado.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

No tocante aos elementos gerais de não alcance das metas no Programa Fica Vivo!, cabe salientar que ao longo dos 17 anos de execução do Programa, nos primeiros meses do ano, existem significativos desafios para tais alcances, ainda que haja especificidades em cada um dos territórios. Um primeiro elemento a se destacar é o comportamento dos adolescentes e jovens, no tangente à participação nas oficinas, no período de férias escolares. Em alguns territórios, observou-se maior participação neste período, em outros, significativa diminuição.

Outro elemento relevante apresentado pela OS quanto ao não alcance das metas previstas em três dos quatro indicadores do Programa (2.1, 2.2 e 2.3), diz respeito ao número de oficinas em execução. Nos três primeiros meses do corrente ano, houve gradativa redução do total de oficinas. Assim, conforme exposto no RGR, essa redução, somada à variação acima exposta, impactaram diretamente no não alcance das metas neste período avaliatório.

Indicador 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 3.481****Resultado: 3.402,67**

Importante reforçar o elemento indicado pela OS como motivo para o não alcance da meta prevista. A redução gradativa do número de oficinas entre os meses de janeiro, fevereiro e março e seu impacto direto no número acumulado de encontros que pode ser materializado na observação da média de encontros realizadas neste período: no mês de janeiro o número de encontros é superior à média em todas as UPCs. Contrário senso, no mês de fevereiro, em quase a totalidade das Unidades, o número é inferior à média, ficando o cenário semelhante no mês de março.

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 9.250****Resultado: 9.134**

Corroborando com a análise da OS, complementa-se à variação citada a hipótese levantada sobre os significativos desafios para o alcance das metas de atendimento nos primeiros meses do ano em virtude das especificidades de participação do público durante as férias escolares. Destaca-se, como exemplo, a UPC Santos Reis, no qual o número de adolescentes e jovens no mês de janeiro ficou superior à média nos meses de janeiro e fevereiro, e significativamente inferior no mês de março sem que houvesse implantações ou desligamentos de oficinas. Certamente, outros elementos precisam ser considerados para essa análise, como a possibilidade de aquecimento na dinâmica criminal, mas destaca-se que o elemento “férias escolares” impacta diretamente na participação do público nas oficinas: em alguns territórios para mais, como no exemplo, em outros para menos.

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 35.499****Resultado: 31.451**

A Diretoria de Proteção à Juventude corroborou com a leitura apresentada pela OS quanto ao não alcance da meta prevista para o referido indicador. Reforça-se o argumento através de exemplo da UPC Nova Contagem, que realizou nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente, 617, 487 e 432 atendimentos. A significativa redução ou, avaliando por outro prisma, o número significativo de atendimentos no mês de janeiro, se deve à realização de três Projetos Locais e um de Circulação, importantes formas de atendimento prevista na metodologia do Fica Vivo. Contudo, os projetos são esporádicos, haja vista o contingente de equipes e as demais demandas rotineiras do trabalho, elemento apresentado pela OS na introdução do RGR.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 137****Resultado: 56**

Registra-se que a SUPEC e o Instituto Elo já vêm desenvolvendo estratégias para compreender e minimizar os impactos deste indicador. Foram realizadas reuniões com supervisores da gestão e os gestores sociais cuja pauta foi a qualificação do espaço de reunião com o GEPAR, bem como o resgate às normativas que regimentam sobre essa parceria.

Para além desse elemento, cabe ainda destaque para a não realização dos Grupos de Intervenção Estratégica: o período de férias das instituições (janeiro) e não ocorrências das reuniões da forma prevista no calendário em virtude do início da pandemia. Ressalta-se que houve a retomada dos Grupos de Intervenção Estratégica a partir do mês de junho de modo virtual.

Área Temática 3 – Programa Se Liga

Não houve metas definidas para o Programa Se Liga no 5º período avaliatório tendo em vista o início das atividades somente a partir do 6º período.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Neste relatório busca-se agregar a leitura trazida no relatório gerencial apresentado pela Organização Social a fim de promover uma avaliação assertiva acerca da execução do Programa CEAPA.

Destaca-se o mês de março pela variação dos indicadores, tendo em vista os impactos para readequação a nova forma de atuação do Programa via teletrabalho, necessitando inclusive contabilizar os atendimentos realizados e articulações junto à rede de apoio via plataformas digitais e contatos telefônicos.

Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta: 17.400

Resultado: 16.580

A meta estipulada para este indicador não fora alcançada, evidenciada pela queda dos números de atendimento no mês de março. Destaca-se a necessidade de acrescentar algumas considerações ao relatório gerencial apresentado pela Organização Social. Ainda que o formato de teletrabalho tenha sido inaugurado somente no final do mês de março, houve impacto significativo neste indicador, tendo em vista a necessidade de desmarcar todos os atendimentos agendados, dentre eles, o atendimento grupal que é uma das modalidades que vêm se destacando para a contabilização do indicador. Desta forma, ao analisar as práticas de atendimentos mensuradas, nota-se diminuição expressiva do número de atendimentos grupais, focado nos Projetos de Execução de Alternativas Penais – PEAP e em Práticas Restaurativas.

Ademais, questionamos o recesso forense citado pela OS como justificativa para a oscilação dos dados, uma vez que não houve alteração considerável no indicador no mês de janeiro. Tendo em vista que esse contexto faz parte do calendário anual do Poder Judiciário, ressaltamos a importância de considerá-lo quando do planejamento das metas para as Unidades.

Indicador 4.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta: 72%

Resultado: 72,13%

O percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório foi de 72,13%, considerando que a meta estabelecida para o período é de 72%, a meta foi atingida integralmente.

Apesar da meta estipulada ter sido atingida, destaca-se a importância de registrar as oscilações que ficaram muito abaixo daquelas previstas, de modo a qualificar e aprimorar a análise. Percebe-se que no município de Araguari, 53,85% dos casos baixados se referiam ao cumprimento das alternativas penais, conforme determinação judicial. Já no município de Betim, este percentual representa 54,24% dos casos.

Reiterando as considerações feitas em relatórios anteriores, a Diretoria de Alternativas Penais destaca a importância da OS parceira sinalizar as ações que impactam na oscilação do dado para além da finalização do cumprimento da alternativa penal na modalidade grupal, trazendo elementos qualitativos sobre o monitoramento realizado pela equipe técnica do programa.

Indicador 4.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta: 745

Resultado: 1.208

Destaca-se a superação da meta em 62% do número pactuado. Segundo as justificativas apresentadas pela OS, em virtude do teletrabalho e da publicação da Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, que recomendou a dispensa do comparecimento do público às Unidades, a equipe priorizou o contato com a rede parceira para orientação sobre as novas normas de cumprimento de alternativas penais. Foi possível também um aumento das articulações junto à rede parceira para recebimento da prestação de serviços à

comunidade, e junto aos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos e procedimentos acerca do cumprimento da alternativa penal.

Agregando as justificativas apresentadas pela OS, um fator de análise importante a ser considerado foi o aumento dos números de ações de rede e as articulações realizadas via plataforma digital ou contato telefônico, devido a implementação do teletrabalho.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta: 5.400

Resultado: 4.664

Registra-se a necessidade de apresentação mais qualificada sobre o não alcance da meta, para além da justificativa quanto a não expansão da equipe, já que a mesma foi estabelecida considerando os resultados do PrEsp em períodos anteriores, sobretudo, a partir da capacidade de atendimentos das equipes técnicas, características e possibilidades das intervenções que são consideradas para este indicador.

Conforme verificado nos dados, existiram quedas significativas no número de atendimentos realizados no mês de fevereiro, comparando com o mês anterior nos municípios de Araguari, Belo Horizonte, Contagem, Montes Claros e Santa Luzia. É importante a indicação pela OS dos fatores que impactaram diretamente nesses municípios, para que intervenções assertivas possam ser realizadas.

No mesmo sentido, considerando o mês de março, comparado aos dois meses anteriores, verifica-se que também a diminuição significativa dos atendimentos realizados nos municípios de Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Uberlândia. Destaca-se que as medidas para contenção da disseminação da Covid-19 entraram em vigor no mês de março, o que trouxe mudanças expressivas na execução do trabalho, contudo, podem ter repercutido de forma diferente nos municípios onde o PrEsp atua.

Ressalta-se que o percentual de 83,42%, apresentado no relatório entregue pelo Instituto Elo, se refere a atendimentos presenciais a egressos, que aconteceram por meio de atendimentos de inscrição e de retorno, bem como por meio de atividades grupais para apresentação do Programa.

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta: 78%

Resultado: 73,60%

O indicador de percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PrEsp visa quantificar o percentual de retorno do público inscrito no Programa a partir do acompanhamento realizado pela equipe técnica. Verifica-se, a partir dos números apresentados na divisão por municípios, um baixo percentual de adesão nos municípios de Contagem, Montes Claros e Ribeirão das Neves neste período, contudo, não foi apresentado uma análise qualitativa quanto aos mesmos.

Este indicador está diretamente relacionado ao número de pessoas inscritas no Programa, impactando diretamente no percentual de adesão no mês de referência da inscrição inicial.

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta: 345

Resultado: 419

Considerando as especificidades que impactaram no número geral da superação da meta, é possível observar um aumento elevado de articulações de rede no mês de março nos municípios de Contagem, Ipatinga e Uberaba. No RGR apresentado pela OS consta uma análise geral acerca do aumento deste indicador, sendo apresentado como um dos fatores que impulsionou a ampliação da mobilização de rede a alteração da equipe técnica para o teletrabalho.

Destacamos que com o isolamento social foi possível a concentração da equipe junto a rede parceira, já que os atendimentos presenciais aos egressos se encontravam suspensos. A equipe inclusive concentrou esforços para maior articulação para apoio aos egressos que iriam ser liberados do sistema prisional.

Ressaltamos a ausência de justificativa frente a diminuição ou aumento brusco na realização de ação pertinente a este indicador entre os meses de janeiro e fevereiro, conforme constatado nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Montes Claros e Santa Luzia.

Área Temática 6: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 6.1: Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta: 100%

Resultado: 100%

- MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

O trabalho da supervisão metodológica foi construído a partir de diversos contatos telefônicos e videoconferência com os analistas sociais e gestores para alinhamento do trabalho e intervenções estratégicas, não tendo sido realizados viagens durante o período avaliatório.

- CEAPA

DIVINÓPOLIS – A visita objetivou a qualificação do trabalho pela Diretoria de Alternativas Penais junto à equipe técnica, com acompanhamento da gestão social, especialmente quanto as frentes de trabalho relacionadas aos projetos de execução de alternativas penais de uso de drogas, ações de responsabilização com homens processados e julgados no âmbito da Lei Maria da Penha, bem como o público acompanhado devido ao comércio ilegal de drogas. Além disso, orientações sobre os novos modelos de planilhas, planejamento de 2020 a partir da leitura do trabalho realizado neste município. Ressalta-se que não foi apresentado pela OS nenhum aspecto relevante relacionado à referida visita.

- PRESP

No mês de fevereiro de 2020 foi realizada visita presencial da Supervisão Metodológica no município de Juiz de Fora, a partir de um alinhamento realizado com a Diretoria do PrEsp e Coordenadora de Políticas Penais, para fins de acompanhamento do trabalho da equipe no município, principalmente no que se refere à parceria com o Poder Judiciário. Para além disso, foram realizadas intervenções com a equipe para fins de qualificação do trabalho relacionado ao acompanhamento do público e da necessidade de maior proximidade com a rede parceira.

Indicador 6.2: Percentual de Participação das equipes nas capacitações

Meta: 100%

Resultado: -

No período avaliatório não houve realização de capacitações que envolvessem recursos financeiros, para fins de contabilização deste indicador. Todavia, apresentamos algumas ações que ocorreram no âmbito dos programas durante o período:

- MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Os encontros de formação tem como objetivo discutir temas transversais que toca a atuação do programa, conduzidas pelos supervisores e diretoria, e em alguns espaços, conta com a participação de palestrantes especialistas em determinada temática. O espaço também possibilita que os analistas discutam as experiências na prática de atuação, além de tirarem dúvidas sobre os temas abordados em cada encontro.

Data: 21/01/2020

Tema: Formação Inicial BH; RMBH; e Interior

Resumo: Trata-se de capacitação para analistas e estagiários, recém contratados pelo IELO, para apresentação da metodologia do Programa.

Local: Videoconferência UAITEC, Saúde e Educação.

Data: 30/01/2020

Tema: Planejamento 2020 - Encontro entre Diretoria e Equipes BH e RMBH

Resumo: Avaliação do ano de 2019, apresentação de diretrizes para o ano de 2020, atualização dos instrumentais do programa, apresentação das metas e informes.

Local: AGU

Data: 31/01/2020

Tema: Planejamento 2020 - Encontro entre Diretoria e Equipes do Interior

Resumo: Avaliação do ano de 2019, apresentação de diretrizes para o ano de 2020, atualização dos instrumentais do programa, apresentação das metas e informes.

Local: Videoconferência.

Data: 20/02/2020

Tema: Avaliação de Fatores de Risco e de Proteção

Resumo: 1ª parte - palestra; 2ª parte- reflexão em grupo sobre as estratégias de avaliação de fatores de risco e proteção empregadas pelas equipes.

Facilitadores: Viviane Coelho, Assistente Social e Diretora de Políticas para as Mulheres na Prefeitura de Belo Horizonte.

Local: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais

- CEAPA

Retifica-se informação registrada pelo Instituto ELO no RGR quanto a não realização de capacitação neste período. Destaca-se que a CEAPA realizou em 08/01/2020 formação quanto aos indicadores, dados e instrumentais, capacitando a equipe sobre os aspectos mais relevantes da produção, sistematização e análise dos dados, bem como orientações relacionadas à nova Planilhas de Inscrição, Planilha de Monitoramento e Planilha da Recepção.

Local: Videoconferência

- PRESP

No mês de fevereiro ocorreram duas capacitações, uma realizada presencialmente com as equipes que atuam na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e outra por meio de videoconferência com as equipes do interior do estado. Destaca-se que as equipes técnicas também participaram no dia 25/03/2020 de um momento formativo promovido pelo Labtrab UFMG. Na ocasião participaram equipes dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberlândia.

Data: 05/02/2020

Tema: Planilha 2020

Resumo: O encontro contou a participação das equipes técnicas do PrEsp do interior, Supervisão Metodológica, Diretoria e Assessoria da Gestão da Informação (AGI), objetivando a apresentação e alinhamento sobre as alterações no Relatório Quantitativo, bem como a qualificação de preenchimento do instrumental para o ano 2020.

Local: Videoconferência.

Data: 19/02/2020

Tema: Planilha 2020

Resumo: O encontro apresentou o mesmo objetivo supra citado com as equipes da RMBH. Além da equipe técnica, Supervisão Metodológica, Diretoria e AGI, o encontro contou com a participação da da Coordenadora do Escritório Social de Roraima, que visitou o estado de Minas Gerais para conhecer a experiência do PrEsp.

Local: Escola de Saúde Pública.

Indicador 6.3: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta: 15

Resultado: 10,42

Os processos de contratação de pessoal foram objeto do procedimento de Checagem Amostral realizada pela Comissão de Monitoramento, sendo todas as constatações consubstanciadas no respectivo Relatório de Checagem Amostral e no Relatório de Efetividade deste período avaliatório.

Informa-se 26 (vinte e seis) recomposições de equipe, levando em média 10,42 dias para serem repostas, atingindo a meta estabelecida.

Área Temática 7: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 7.1: Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta: 33

Resultado: 31

O resultado deste indicador foi de 31 Relatórios Analíticos entregues. Frisa-se que 2 relatórios foram encaminhados um dia após o prazo definido, referente às Unidades do Canaã e Morumbi em Uberlândia.

Destaca-se que os conteúdos destes relatórios se enquadram nas hipóteses de sigilo de informações, haja vista tratar-se de dados e informações de dinâmica criminal.

Indicador 7.2: Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Meta: 3

Resultado: 3

Seguem informações acerca dos relatórios de gestão das oficinas entregues pela OS por e-mail:

Período de Referência	Data de entrega	Status
Dezembro-19	16/01/20	Dentro do prazo
Janeiro-20	18/02/20	Dentro do prazo
Fevereiro-20	13/03/20	Dentro do prazo

A Comissão de Monitoramento recomenda a OS que insira no RGR um resumo das informações de cada relatório produzido. Desde período foi visualizado apenas informações referente ao mês de março/2020.

Indicador 7.4: Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta: 1

Resultado: 1

Registra-se que as principais informações referente ao 5º período avaliatório foram apresentadas no 6º Relatório Gerencial de Resultados. Cabe pontuar alguns equívocos já apontados no último monitoramento, tal como o quantitativo de ações realizadas e a ausência de descrição do município de Tocantins nos quadros de pág. 34 e 35.

Orienta-se a equipe da Gerência de Monitoramento do Instituto ELO uma maior aproximação com a equipe de servidores do Programa de modo a qualificar o preenchimento das planilhas, bem como para análise das ações realizadas nos municípios onde o Programa fora implantado.

Área Temática 8: Gestão da Parceria

Indicador 8.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Meta: 100%

Resultado: -

Devido ao isolamento social a finalização dos procedimentos da checagem amostral não ocorrera em tempo hábil, considerando a necessidade de verificação dos processos de compra e contratações *in loco*, na sede da entidade, e esta se encontrava com restrição de circulação de pessoas. Todavia, não ocorrera prejuízo já que o Decreto nº 47.890/2020 suspendeu os prazos de monitoramento do Contrato de Gestão durante a pandemia.

Registra-se que os servidores Gleysiane Diniz (supervisora), Fábio Costa (supervisor adjunto) e Beatriz Barbosa (representante do jurídico do OEP) estiveram presencialmente na sede do Instituto Elo nos dias 05 e 07 de agosto. O servidor da área de contabilidade e finanças, realizou a análise de todas as rescisões contratuais de trabalhadores via teletrabalho.

A partir da metodologia definida pela SEPLAG, a amostra deveria conter 61 processos, contudo, a Comissão analisou 69.

Considerando que nesta checagem ocorreu discussão entre seus membros acerca da legalidade da aplicação isonômica do reajuste salarial aos trabalhadores contratados, foi necessário submeter o expediente à análise da Assessoria Jurídica da SEJUSP, bem como posteriormente à AGE. O expediente se encontra em reanálise pela AJU, após reunião ocorrida entre representantes da SUPEC, AJU/SEJUSP, SEPLAG e NAJE para discussão dos impactos para a administração pública estadual em razão do teor das notas jurídicas anteriormente emitidas.

Isto posto, haja vista questão não superada para conclusão dos processos de contratação de pessoal analisados, solicitamos a desconsideração deste indicador nos períodos avaliatórios. Cabe ressaltar que os demais processos de compra, contratações de serviços e viagens, se encontram regulares.

Indicador 8.2: Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão

Meta: 100%

Resultado: -

O resultado desse indicador será avaliado na Comissão de Avaliação uma vez que nem todas as ações puderam ser finalizadas até o fechamento deste Relatório de Monitoramento.

A Comissão de Monitoramento registra as dificuldades existentes no cumprimento dos prazos estabelecidos pelas legislações atinentes ao Contrato de Gestão, haja vista tratar-se de uma política pública de grande abrangência estadual, com várias ações a serem monitoradas, grande aporte de recursos públicos a serem fiscalizados e restrições impostas pela pandemia.

Ressalta-se ainda que a referida Comissão preza, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos de fiscalização e monitoramento da parceria em detrimento dos cumprimentos de prazos. Desse modo, ainda que alguns prazos não foram cumpridos tempestivamente, todas as ações de monitoramento definidas na legislação e no Contrato de Gestão foram realizadas.

De todo modo, a Comissão vem envidando todos os esforços para o regular exercício de suas competências.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

RECURSOS ESTADUAIS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

Previsto					
	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	
1	01/01/2020	01/02/2020	01/03/2020		
Entrada de Recursos	a	a	a		
	31/01/2020	29/02/2020	31/03/2020		
1.1	Receitas				
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	6.382.376,94	-	6.382.376,94	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	-	-	
(E)	Total de Entradas:	- 6.382.376,94	-	6.382.376,94	
2	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	
2.1	Gastos com Pessoal				
2.1.1	Salários	874.131,03	874.131,03	874.131,03	2.622.393,09
2.1.2	Estagiários	98.956,00	98.956,00	98.956,00	296.868,00
2.1.3	Encargos	599.491,82	599.491,82	599.491,82	1.798.475,46
2.1.4	Benefícios	275.893,50	275.893,50	275.893,50	827.680,50
	Subtotal (Pessoal):	1.848.472,35	1.848.472,35	1.848.472,35	5.545.417,05
2.2	Gastos Gerais	745.924,47	499.843,47	608.643,47	1.854.411,41
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	32.289,07	22.246,99	20.414,62	74.950,68
(S)	Total de Saídas:	2.626.685,89	2.370.562,81	2.477.530,44	7.474.779,14

Realizado						
	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
1	01/01/2020	01/02/2020	01/03/2020			
Entrada de Recursos	a	a	a			
	31/01/2020	29/02/2020	31/03/2020			
1.1	Receitas					
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	0,00%	6.382.376,94
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	3.300,00	4.200,00	2.400,00	-	(9.900,00)
1.1.4	Outras Receitas	316,24	232,82	59,50	-	(608,56)
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	32.289,07	22.246,99	20.414,62	-	(74.950,68)
(E)	Total de Entradas:	35.905,31	26.679,81	22.874,12	1,34%	6.296.917,70
2	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal					
2.1.1	Salários	698.592,72	762.910,87	725.801,04	83,41%	435.088,46
2.1.2	Estagiários	65.916,89	68.577,80	83.609,03	73,47%	78.764,28
2.1.3	Encargos	511.312,38	520.904,63	324.453,86	75,43%	441.804,59
2.1.4	Benefícios	108.918,78	247.602,34	255.852,08	86,93%	108.193,29
	Subtotal (Pessoal):	1.384.740,77	1.599.996,24	1.389.716,01	80,82%	1.063.850,62
2.2	Gastos Gerais	446.016,66	448.605,13	479.317,84	74,09%	480.471,78
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	699,00	-	(699,00)
2.4	Reserva de Recursos	32.289,07	22.246,99	20.414,62	100,00%	-
(S)	Total de Saídas:	1.863.046,50	2.070.848,36	1.890.147,47	79,35%	1.543.623,40

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado		Realizado (/) Previsto	
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	1º Relatório Gerencial Financeiro		Total
1	Área Meio - Atividades e Gastos	575.280,00	-	166.029,89	166.029,89	28,86%
2	Oficinas do Fica Vivo!	5.407.500,00	-	1.649.822,40	1.649.822,40	30,51%
3	Capacitações da equipe contratada	138.101,00	-	-	-	-
4	Deslocamento da equipe contratada	35.640,00	-	7.563,30	7.563,30	21,22%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	104.626,67	-	3.326,02	3.326,02	3,18%
6	Projetos de Prevenção à criminalidade	150.400,00	-	-	-	-
7	Olimpíadas do Fica Vivo!	-	-	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	12.620,00	-	-	-	-
9	Ações do Programa Se Liga	112.881,66	-	-	-	-
10	Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	74.160,00	-	-	-	-
Total		6.811.209,33	-	1.826.741,61	1.826.741,61	

RECURSOS FEDERAIS**Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:**

Previsto							
1	Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL		
		01/01/2020 a 31/01/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	01/03/2020 a 31/03/2020			
1.1	Receitas						
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	375.566,20	-	-	375.566,20		
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-		
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-		
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.325,41	647,60	1.128,07	3.101,08		
(E) Total de Entradas:		376.891,61	647,60	1.128,07	378.667,28		
Realizado							
1	Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
		01/01/2020 a 31/01/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	01/03/2020 a 31/03/2020			
1.1	Receitas						
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	228.258,64	-	-	228.258,64	60,78%	147.307,56
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.325,41	647,60	1.128,07	3.101,08	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		229.584,05	647,60	1.128,07	231.359,72	61,10%	147.307,56
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
		01/01/2020 a 31/01/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	01/03/2020 a 31/03/2020			
2.1	Gastos com Pessoal						
2.1.1	Salários	94.798,05	102.060,69	100.771,23	297.629,97	87,07%	44.178,84
2.1.2	Estagiários	15.566,17	15.980,34	18.700,00	50.246,51	80,52%	12.153,49
2.1.3	Encargos	70.739,74	72.400,04	41.682,08	184.821,85	75,42%	60.249,52
2.1.4	Benefícios	16.630,44	37.801,27	39.981,14	107.007,66	88,29%	14.196,81
Subtotal (Pessoal):		197.794,40	228.242,34	201.134,45	639.705,99	83,03%	130.778,66
2.2	Gastos Gerais	-	415,25	795,30	1.210,55	4,60%	25.093,46
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	1.325,41	647,60	1.128,07	3.101,08	100,00%	-
(S) Total de Saídas:		199.119,81	229.305,19	203.057,82	644.017,62	80,51%	155.872,12

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado		Realizado (/) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	1º Relatório Gerencial Financeiro	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	-	-	-	-
2	Acompanhamento <i>in loco</i> da supervisão no interior	25.280,00	-	1.210,55	1.210,55
3	Ações estratégicas para a consolidação das Alternativas Penais	19.264,00	-	5.014,04	5.014,04
Total		44.544,00	-	6.224,59	6.224,59

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo em 31/07/20, via e-mail, e após análise, a SUPEC solicitou alguns correções no mesmo. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memória de Cálculo do Contrato de Gestão.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS: Do total de saídas realizadas no período avaliatório foi executado 79,35% do previsto. Essa diferença se deve principalmente pelas medidas de contingenciamento financeiro na parceria, o que ocasionou na não contratação de todos os profissionais previstos e na não execução de algumas oficinas do Programa Fica Vivo .

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS: No tocante à execução financeira dos recursos do Convênio Federal nº 822255/2015 foi realizado 80,51% do total de saídas previstos para o período avaliatório. A rubrica de menor execução foi em Gastos Gerais, principalmente nas despesas com viagens para realização de capacitações pela CEAPA.

A Comissão de Monitoramento reitera a necessidade do Instituto Elo na verificação quanto a possibilidade de rateio de despesas entre os demais projetos executados pela entidade, conforme ordenamento jurídico vigente.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

- I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;
- II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;
- III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;
- IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;
- V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;
- VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;
- VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;
- VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, ___de novembro de 2020.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 02/12/2020, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 02/12/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 02/12/2020, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 02/12/2020, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21424636** e o código CRC **9FEC85EB**.